

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Empresários querem debater dragagem

Câmara Setorial de Navegação da ACS vai analisar modelos de gestão do serviço e cobrar ações das autoridades

DA REDAÇÃO

A descentralização da gestão do Porto de Santos, hoje concentrada no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC), em Brasília, e a definição de um formato para a administração e a execução da dragagem no acesso aquaviário do complexo marítimo. Essas são algumas das priorida-

des da Câmara Setorial de Navegação da Associação Comercial de Santos (ACS) neste ano.

Os temas foram definidos em reunião de seus integrantes na última terça-feira, na sede da ACS, na Cidade. A câmara, que reúne empresários que atuam no segmento de navegação e em atividades correlatas na região, passou a contar com

um novo coordenador, Mauro Sammarco.

Na reunião, Sammarco defendeu a descentralização na gestão do Porto. "Temos que definir qual será o melhor formato, se a municipalização ou a privatização", afirmou.

Sobre a dragagem, o coordenador destacou a necessidade de se "definir qual o melhor

formato para a execução" do serviço, "se é a privatização, o condomínio, a outorga. Queremos convocar a diretoria e outras câmaras para chegar a um consenso sobre essa questão e cobrar as autoridades".

Outra meta da Câmara é o restabelecimento do caráter deliberativo do Conselho de Autoridade Portuária (CAP). Desde

a publicação do novo marco regulatório, a Lei nº 12.815, de 2013, o órgão passou a ser apenas consultivo – suas determinações podem ou não ser atendidas pelas autoridades do Porto.

Os empresários do setor de navegação também querem debater a reformulação do sistema rodoviário na entrada de Santos, onde fica a Margem

Direita do Porto.

"Já existe um projeto para executar essas obras e evitar os congestionamentos de caminhões que ocorrem todo ano durante a safra. Os governos Municipal e Estadual locaram verbas, mas ficou faltando a Codesp. Por conta da crise que cortou investimentos do Governo (Federal) e da dificuldade gerada pelo fato de a Codesp estar aqui, mas quem decide estar em Brasília, perdemos prazos e as obras não foram feitas. Vamos buscar as autoridades e pressioná-las, para que seja dada sequência", disse Sammarco.